

Referências das Rotinas Administrativas do Gabinete do Desembargador Nagibi Slaibi (GABDES)

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-GABDES-001 - Documento Estratégico do Gabinete do Desembargador Nagib Slaibi

Com vigência a partir de 30/11/2023

RAD sem referências

RAD-GABDES-002 - Apoiar a Entrega da Prestação Jurisdicional no Gabinete do Desembargador Nagib Slaibi

Com vigência a partir de 11/11/2024

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados;

Lei 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil – CPC-2015;

Lei Federal 11.419/2006 – Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências;

Lei Federal nº 10.741/2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;

Lei Federal nº 8.069/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências

Lei Complementar nº 35/1979 - Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

Lei Estadual nº 6.956/2015 - Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Regimento Interno do TJERJ (RITJERJ);

Resolução TJ/OE nº 33/2014 - Consolida as normas sobre a prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão judiciário permanente, e estabelece regras transitórias para possibilitar obras emergenciais na sede do plantão;

Resolução nº 135/2011 - Dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências.

Resolução nº 01/2023 - Dispõe sobre a especialização de competência na segunda instância, em complementação ao deliberado pelo Tribunal Pleno, na sessão de 12 de setembro de 2022, com o escopo de disciplinar questões transitórias relativas à transformação das Câmaras Cíveis em Câmaras de Direito Privado e de Direito Público, bem como à criação das Câmaras de Direito Empresarial, de modo a elidir eventuais dúvidas sobre a distribuição de processos a esses novos órgãos fracionários.

Lei nº 9832, de 30 de agosto de 2022 - Institui o programa de residência jurídica no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução CM nº 06/2022 - Dispõe sobre o Programa de Residência no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Lei nº 9.832, de 30 de agosto de 2022;

Ato Normativo TJ nº 30/2024 - Regulamenta a Resolução nº. 6, de 15 de dezembro de 2022, do Conselho da Magistratura.

RAD-GABDES-003 - Gerir o Gabinete do Desembargador Nagib Slaibi

Com vigência a partir de 08/11/2024

Lei Estadual nº 5.535/2009 - Dispõe sobre os Fatos Funcionais da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Regimento Interno do TJERJ (RITJERJ);

Resolução TJ/OE nº 10/2021 - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);

Ato Normativo TJ nº 03/2009 – Estabelece Normas e Diretrizes para Servidores do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 26/2009 – Disciplina o direito do exercício de férias;

RAD-GABDES-004 - Gerir a Entrega da Prestação Jurisdicional no Gabinete do Desembargador Nagib Slaibi

Com vigência a partir de 08/11/2024

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Lei 10.406/2002 - Código Civil;

Lei 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil – CPC-2015;

Regimento Interno do TJERJ (RITJERJ);

Lei Federal nº 10.741/2003 – Assegura prioridade na tramitação dos processos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, em qualquer instância;

Lei Federal nº 13.466/2017 – Altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;

Lei Federal nº 12.008/2009 - Altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica;

Lei Estadual nº 2.988/1998 – Dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que figurem como parte pessoa física com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos (Nova redação dada pela Lei nº 4.703/2006);

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 01/2004 – Resolve inserir no Sistema de Informatização do Tribunal de Justiça/RJ um campo específico que será preenchido pelos Departamentos e Serviços de Distribuição, PROGER, Protocolos Integrados e Protocolos de 2ª Instância, com a inscrição 'Prioridade - Pessoa Idosa' - Lei nº 10.741/03;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 43/2006 - Avisam aos Senhores Magistrados e Serventuários que, a partir desta data, o lançamento das sentenças e decisões no Sistema Informatizado obedecerá à tabela em anexo;

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 4/2004 - Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça, e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº 06/2012 - Institui as regras de utilização do certificado digital por magistrados e funcionários do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ nº 10/2012 – Regulamenta a utilização de Certificados Digitais nos termos previstos na Resolução TJ/OE nº 06/2012;

Ato Normativo TJ nº 26/2009 – Disciplina o exercício do direito às férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do PJERJ;

Resolução CM nº 03/2011 - Estabelece e consolida normas, orientações e procedimentos para a execução das atribuições da Divisão de Perícias Judiciais, principalmente no que se refere a realização de perícia em processos judiciais com deferimento da assistência judiciária gratuita e processos inerentes a Acidente de Trabalho;

Ato Normativo Conjunto nº 7/2013 - Estabelece normas, orientações e procedimentos para o trâmite do Processo Judicial Eletrônico (PJE), no âmbito da segunda instância cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências;

Regulamento dos Estágios do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 9832, de 30 de agosto de 2022 - Institui o programa de residência jurídica no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RESOLUÇÃO CM nº 06/2022 - Dispõe sobre o Programa de Residência no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na forma da Lei nº 9.832, de 30 de agosto de 2022.

ATO NORMATIVO TJ Nº 30/2024 - Regulamenta a Resolução nº. 6, de 15 de dezembro de 2022, do Conselho da Magistratura.

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.ius.br

07.11.2024